



Pré IGF Brasileiro

Fórum da Internet no Brasil



Fórum da Internet no Brasil

V FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

PRÉ IGF BRASILEIRO

SALVADOR -BAHIA - 15-17 JULHO 2015

Trilha I

Desafios da Inclusão Digital

Exposições das(os) Painelistas

- Karina Menezes (Raul Hacker Club, terceiro setor)
 - O acesso à Internet deve estimular espaços de convivência e colaboração, assegurar o direito à comunicação e contribuir para a proteção dos grupos vulneráveis.
 - É necessário criar políticas públicas convergentes que fortaleçam as instituições responsáveis pelo desenvolvimento humano integral.
 - Alterar o atual cenário de descontinuidade de programas e ações governamentais.
 - Exclusão social e marginalização da juventude afastam as(os) jovens dos espaços de cultura digital em um contexto de precarização das agências formadoras.

- Karina Menezes (Raul Hacker Club, terceiro setor)
 - Ampliar e fortalecer os espaços comunitários, a exemplo dos espaços hackers.
 - Inclusão das tecnologias móveis como recurso pedagógico.
 - Investir em *software* livre e redes livres.
 - Ampliar os canais de diálogo com a população na elaboração de políticas públicas.
 - Possibilidade ao Governo de usar os editais para o desenvolvimento de políticas para deficiência.

- Jefferson DAvila de Oliveira (Ministério das Comunicações, setor governamental)
 - A estruturação do Sistema Nacional de Inclusão Digital é central no desenho da nova Política de Inclusão Digital do Governo Federal.
 - A estratégia governamental incorpora a recuperação e o fortalecimento das ações realizadas e recursos já empregados nesse setor, a exemplo dos Telecentros.
 - É necessário identificar os pontos de inclusão digital existentes no Brasil e compreender sua pluralidade (*hackerspaces*, rádios comunitárias) por meio de um diagnóstico socioparticipativo.

- Jefferson D'Avila de Oliveira (setor governamental)
 - O governo deve articular os pontos de cultura digital e formar uma rede de compartilhamento de conteúdo.
 - É preciso que o governo estabeleça parcerias com a sociedade civil para concretizar sua estratégia de atuação.
 - O governo deve incorporar os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) na sua estratégia de inclusão digital.
 - As atividades de formação nos telecentros devem ser ampliadas, com a previsão de educadores(as) sociais que garantam a apropriação efetiva das tecnologias pelos cidadãos e cidadãs.

- **Maria Helena Bonilla (UFBA, setor acadêmico)**
 - Não há clareza sobre o conceito de inclusão digital, o que impacta no descompasso entre as ações adotadas e o uso do termo, porém, há um potencial discursivo da expressão em vista do seu poder comunicativo.
 - Os avanços no campo do acesso às tecnologias são conquistas derivadas de movimentações sociais e políticas.

- **Maria Helena Bonilla (setor acadêmico)**
 - Dar oportunidade de acesso à rede e à conexão à sociedade como um todo, com velocidade adequada, considerando as especificidades territoriais.
 - Defesa da garantia de conexão como recurso para o aprendizado dos alunos para além do ambiente escolar.
 - É necessário formar educadores(as) e cidadãos(ãos) sobre cultura digital e seus efeitos na sociedade, conscientizando-as(os) sobre os interesses que permeiam a produção tecnológica.

- **Bruno Magrani (Facebook, setor empresarial)**
 - Inclusão digital é um problema a ser enfrentado por diversos setores da sociedade.
 - As principais barreiras de conectividade identificadas correspondem à ausência de infraestrutura, elevados custos e a falta de percepção das pessoas acerca dos benefícios da conectividade.
 - O Internet.org é uma das iniciativas de inclusão digital do Facebook que busca resolver problemas específicos da conectividade e ampliar o ecossistema da Internet.

- Bruno Magrani (setor empresarial)
 - Os eixos de atuação do Internet.org correspondem ao investimento em Infraestrutura, desenvolvimento de tecnologias de menor custo em áreas remotas (por exemplo: VANTs – veículo aéreo não tripulado), desenvolvimento de projetos-piloto em rede fixa local, além do desenvolvimento de um aplicativo com um conjunto de serviços que é oferecido gratuitamente à(ao) usuária(o) final.
 - O aplicativo desenvolvido não fere o Princípio da Neutralidade da Rede.

Relatos sucintos dos Grupos

- **Grupo A - Consensos**

- Inclusão digital não é só levar a infraestrutura, é preciso envolver a comunidade e pensar em um modelo de sustentabilidade.
- Políticas de inclusão digital devem ser pensadas como programa de Estado, não de governo.
- Criação de comitês estaduais multissetoriais para discutir e incidir sobre políticas de comunicação e inclusão digital.
- Iniciativa privada é essencial, mas o governo é o grande catalisador, e o investimento em infraestrutura é fundamental.
- O projeto Internet.org não contempla a complexidade da inclusão digital.

Grupo A – Dissensos

- Não foram explicitados.

Pontos a aprofundar

- Não foram explicitados.

- Grupo B – Consensos

- Necessidade de garantir acessibilidade nas zonas rurais.
- Necessidade de incentivos fiscais, redução da carga tributária e incentivo à utilização dos pequenos provedores.
- Deve-se garantir acesso a *softwares* e *hardwares* de acessibilidade voltados para pessoas com deficiência.
- O V Fórum da Internet não disponibilizou objetos básicos de acessibilidade dirigidos ao público com deficiência.

- Grupo B – Dissensos
 - Não foram explicitados.
- Pontos a aprofundar
 - Políticas públicas de democratização de desenvolvimento e distribuição de *softwares/hardwares* para pessoas com deficiência.

- Grupo C – Consensos

- Necessidade de continuidade das políticas públicas.
- Garantir acessibilidade para a juventude, mulheres e a diversidade local.
- Necessidade de sistemas que gerem indicadores de uso da Internet que envolvam classe, idade, gênero e raça.
- É preciso considerar a importância de seguir a legislação sobre a logística reversa de lixo eletrônico.

- Grupo C – Consensos
 - Capacitação das pessoas que atuam nos espaços sociodigitais para utilizar os *softwares* e *hardwares*.

- Grupo C – Dissensos

- Programa GESAC para alguns é um programa fadado ao fracasso mas para a região de rios e campos como na Amazônia é a solução, sem escolha de opção.

- Grupo C – Pontos a aprofundar
 - Aprofundar sistemas que gerem indicadores de uso de Internet que envolvam classe, idade, gênero e raça.
 - Inclusão digital tende a ser uma disputa de conteúdos além do campo da estrutura.
 - Conhecer o direito do consumidor e o seu valor no mercado digital.

- Grupo D – Consensos

- Reforçar a diferença entre acesso e letramento digital, que pode ser desenvolvido pela interatividade, formação de opinião e geração de conhecimento.
- A formação e o conhecimento devem ser compartilhados e livres.
- Projetos como o Internet.Org podem fazer a Internet reproduzir uma grande indústria da consciência submetida a interesses econômicos.

- Grupo D – Dissensos
 - Não foram explicitados.

- Pontos a aprofundar
 - *Lan houses* não foram citadas pelos painelistas na trilha, apesar de serem as principais protagonistas da inclusão digital em 2010.

Debate da Trilha

Tema 1: Políticas Públicas de Acesso à Rede

- Debate plenária da trilha – tópicos
 - Necessidade de políticas públicas de inclusão digital de Estado e não de governo.
 - O programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac).
 - Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).
 - Plano Banda Larga nas Escolas (PBLE).
 - Programa Banda Larga para todos.
 - Investimento em *software* livre.
 - Investimento em *software* de acessibilidade.

- Consensos

- Garantir a qualidade na conexão à rede.
- Ampliar o acesso no ambiente escolar.
- Ampliar as ações existentes e criar programas governamentais convergentes, à despeito da descontinuidade política.
- Estabelecer diálogo com os espaços de cultura digital (espaços *hackers*, centros comunitários, pontos de mídias livres).

- Dissensos

- Papel governamental na produção/aquisição de *softwares* de acessibilidade.
- Percepção do GESAC enquanto instrumento para a ampliação da conexão.

- Pontos a aprofundar
 - Esclarecimentos sobre o Programa Banda Larga para Todos.
 - O papel das *lan houses* como espaço de apropriação tecnológica.

Tema 2: Inclusão Digital e transformação social

- Debate plenária da trilha – tópicos
 - Apropriação da tecnologia pelas cidadãs e pelos cidadãos.
 - Desigualdades de conexão.
 - Espaços de inclusão digital.
 - Diversidade e acessibilidade.

- Consensos

- Garantir a conectividade é insuficiente, é preciso capacitar a população para a apropriação da tecnologia.
- Fortalecer as cidadãs e os cidadãos como produtoras(es) de conteúdo e não somente como consumidoras(es).
- A desigualdade de conexão está atrelada às desigualdades sociais e regionais.
- É necessário garantir políticas específicas para áreas rurais e remotas.

- Dissensos
 - Não foram explicitados.

- Pontos a aprofundar
 - Políticas específicas de inclusão das variáveis de classe, gênero, idade e etnia no acesso à rede.
 - Qualificação do ensino público voltado para a cultura digital.
 - Inclusão digital como direito humano.
 - Reflexões sobre as diferentes concepções de inclusão digital.

Tema 3: Iniciativas do Facebook para inclusão digital (Internet.org)

- Debate plenária da trilha – tópicos
 - Internet.org como uma iniciativa de inclusão digital do mercado *versus* política pública de inclusão digital.
 - Internet.org e o Princípio de Neutralidade da Rede.
 - Segurança dos dados e privacidade.

- Consensos

- O Internet.org é uma iniciativa empresarial, portanto, não pode ser compreendido como uma política pública nacional.

- Dissensos
 - O aplicativo do Internet.org fere o Princípio da Neutralidade da Rede, uma vez que interfere no gerenciamento de dados.
 - O aplicativo do Internet.org ameaça a privacidade e segurança de dados das usuárias e usuários.

- Pontos a aprofundar
 - Compreensão do *Zero Rating* como instrumento ou barreira à inclusão digital.

Outros temas apresentados no debate da Trilha

- **Os seguintes tópicos não diretamente relacionados ao tema da trilha foram apresentados e serão descritos e detalhados no relatório completo a ser publicado**
 - Democratização dos meios de comunicação.
 - Garantia do direito à comunicação como instrumento de inclusão social.
 - Inclusão de lógica de programação no ensino básico da educação.

egi.br